

Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.
CNPJ 21.813.291/0001-07

Relatório da Administração											
Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos											
auditor independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis											
(CPC). A Companhia apurou, em 2018, lucro líquido de R\$31,0 milhões, aumento de 37,6% em relação ao lucro líquido de R\$22,5 milhões auferido em 2017. São Paulo, 26 de fevereiro de 2019. A ADMINISTRAÇÃO											
Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017											
(em milhares de reais)											
		Notas	2018	2017			Notas	2018	2017		
Ativo					Passivo						
Ativo circulante			46.557	34.884	Passivo circulante			21.196	16.108		
Disponível			11	10	Contas a pagar			21.196	16.108		
Caixa e bancos			11	10	Obrigações a Pagar		7	8.522	6.525		
Aplicações financeiras			39.076	29.316	Dividendos a pagar			7.651	5.637		
Aplicações financeiras		5	39.076	29.316	Encargos trabalhistas, impostos e encargos sociais a recolher			1.289	1.154		
Títulos e créditos a receber			7.470	5.558	Impostos e Contribuições		8	2.367	1.760		
Títulos e créditos a receber		6	7.205	5.289	Outras contas a pagar			1.397	1.032		
Créditos tributários e previdenciários			257	238	Passivo não circulante			12	—		
Outros			8	31	Contas a pagar			12	—		
Ativo não circulante			65	185	Obrigações a Pagar			11	—		
Imobilizado			57	145	Outras contas a pagar			1	—		
Intangível			8	40	Patrimônio líquido			25.414	18.961		
Total do ativo			46.622	35.069	Capital social		10.1	2.050	1.708		
					Reservas de lucros		10.2	410	342		
					Dividendos adicionais propostos			22.954	16.911		
					Total do passivo e patrimônio líquido			46.622	35.069		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017											
(em milhares de reais)											
		Reserva de lucros					Dividendos				
		Capital social	Reserva legal	Total das reservas de lucros			adicionais Propostos	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido		
Descrição											
Saldo em 01/01/2017		1.708	342	342			11.052	—	13.102		
Dividendos adicionais propostos - R\$6,47 (em reais) por lote de mil ações ON		—	—	—			(11.052)	—	(11.052)		
Lucro líquido do exercício		—	—	—			—	22.548	22.548		
Destinação do lucro líquido do exercício:								(5.637)	(5.637)		
Obrigatórios - R\$3,30 (em reais) por lote de mil ações ON		—	—	—			16.911	(16.911)	—		
Dividendos adicionais propostos - R\$9,90 (em reais) por lote de mil ações ON		—	—	—			(16.911)	—	(16.911)		
Saldo em 31/12/2017		1.708	342	342			16.911	—	18.961		
Dividendos adicionais propostos - R\$9,90 (em reais) por lote de mil ações ON		—	—	—			(16.911)	—	(16.911)		
Aumento de capital com utilização da Reserva Legal, conforme ata do dia 29/03/2018		342	(342)	(342)			—	—	—		
Lucro líquido do exercício		—	—	—			—	31.015	31.015		
Destinação do lucro líquido do exercício:											
Reserva legal		—	—	—			—	(410)	—		
Obrigatórios - R\$4,48 (em reais) por lote de mil ações ON		—	410	410			—	(7.651)	(7.651)		
Dividendos adicionais propostos - R\$13,44 (em reais) por lote de mil ações ON		—	—	—			22.954	(22.954)	—		
Saldo em 31/12/2018		2.050	410	410			22.954	—	25.414		
As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017.											
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)											
1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 05 de janeiro de 2015, domiciliada no Brasil, com sede no Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 1.673, 12º andar, Ala Norte, Sala 11, e tem como objeto social a administração e gestão de fundos de investimento e carteira de títulos e valores mobiliários, constituídos no Brasil ou no exterior, podendo participar em outras sociedades. A Companhia tem como acionistas a Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (SAMI), que detém 90% de participação, e a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA, SAUDE), que detém 10% da participação. A Companhia faz parte do conjunto de empresas formado pela Sul América S.A. e suas controladas, que é tratado nestas demonstrações financeiras pelo termo "SulAmérica". A Sul América S.A. (SASA) tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A. A SASA é uma companhia de capital aberto e publicou em 27/02/2019 no jornal Valor Econômico e Diário do Estado do Rio de Janeiro suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2018, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). 2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/02/2019. 3. Principais práticas adotadas: 3.1. Resumo das práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: Operações de investimento: e é apurado pelo regime de competência. Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; e Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. Ativos financeiros circulantes e não circulantes: Os ativos financeiros são mensurados e mensurados, conforme descrito a seguir: 3.3. Imposto de renda e contribuição social corrente: As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. 3.4. Benefícios a empregados: A Companhia tem como benefício o Plano de Previdência de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Os custos com o PGBL são reconhecidos no resultado pelo valor das contribuições efetuadas. 3.5. Incentivo em ações: A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. 3.6. Dividendos: Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Administração é refletido em subtotais no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras. 3.7. Estimativas: A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com o CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. A principal estimativa relacionada à demonstração financeira refere-se à apuração do valor justo dos instrumentos financeiros. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que venturaria surtirão são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre estes efeitos encontram-se na nota explicativa de títulos e valores mobiliários (nota 5). 3.8. Normas e interpretações novas e revisadas: 3.8.1. Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras: A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aprovadas pelas operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2018. IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018; IFRS 15 – CPC 47 – Receita de contratos de clientes – Em vigor a partir de 01/01/2018; Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) – Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações aprovadas em janeiro de 2019. IFRS 16 / CPC 49 – Arrendamento – Em vigor a partir de 01/01/2019. Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2014 – 2017 – Alterações às IFRS 1 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização – Em vigor a partir de 01/01/2019. • O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 4. Gestão de riscos: O processo de gestão de riscos ("Enterprise Risk Management – ERM") da Companhia é feito de forma corporativa e tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar os riscos avaliando seus controles, capital adequado para suportar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e é contínuo durante a seguinte forma: • Identificação dos riscos: O processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • Quantificação dos riscos: Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • Resposta aos riscos: De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação e resposta nos seguintes aspectos: Monitoramento e reporte: As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da Companhia são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar os controles internos estabelecidos para Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos. Por último, há uma verificação independente realizada pela terceira linha de defesa, a qual é feita de forma independente do processo de gestão de riscos. O processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e as ações e o monitoramento dos riscos são objetivados apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada umas das categorias impactam nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. 4.1. Riscos de mercado: Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos – ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos componentes ativos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, e é monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos, faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de investimentos de longo prazo e o rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizados testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. 4.2. Riscos de crédito: Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de											
aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que violem o apetite a risco. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos identificados são quantificados através de metodologia específica gerando planos de ação nos casos necessários. 4.4. Riscos legais e compliance: Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações dos órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais. 4.4.1. Gestão dos riscos legais: Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de exposição de pagamento para o cálculo da provisão judicial, baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdêssemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. 4.4.2. Gestão dos riscos de compliance: A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos reguladores e fiscalizadores, através de, elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilitem as posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores. 5. Aplicações financeiras: 5.1. Composição das aplicações financeiras: Em 31/12/2018 e 2017, os saldos das aplicações financeiras avaliadas pela curva e a valor de mercado estão representados pelas cotas de fundos de investimentos não exclusivos de acordo com as tabelas abaixo.											

continuação
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. CNPJ 21.813.291/0001-07
Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras
<p>Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.. Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um</p> <p>alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conlujo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019</p> <p>DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC ZSP 011.609/O-8 "F" RJ Roberto Paulo Kenedi Contador CRC 1RJ 081.401/O-5</p>

Deloitte

DEBATE

Frente Parlamentar da Agropecuária diz que é a favor da reforma da Previdência

Detalhes da proposta, no entanto, ainda serão discutidos entre a FPA e os integrantes do governo

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Alceu Moreira (MDB-RS), disse ontem que o grupo que reúne mais de 200 parlamentares é a favor da reforma da Previdência. Os detalhes da proposta, no entanto, ainda serão discutidos entre a Frente e os integrantes do governo.

“O projeto que foi apresentado é um projeto e precisa ser debatido. Não há necessidade de qualquer posição definitiva neste momento”, disse Moreira ao chegar para o almoço que teve o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, como convidado.

Entre os pontos que serão debatidos internamente pela frente estão as regras de aposentadoria

rural e a proposta para acabar com a desoneração previdenciária sobre as exportações agrícolas. A FPA quer saber exatamente o impacto que essas medidas terão na economia esperada pelo governo com a reforma e também no setor do agronegócio. Para Moreira, é preciso saber se medidas no âmbito administrativo podem render uma economia maior, como o combate à fraude na aposentadoria rural. “Temos pouca gente plantando e muita gente aposentando como produtor e isso é uma medida administrativa”, afirmou.

O presidente da FPA evitou cravar qual será a posição da bancada em relação à idade mínima de aposentadoria para trabalhadores rurais. A proposta do governo é exigir 60 anos de homens e mulheres, mas há

dentro da bancada quem defenda uma diferenciação para as produtoras. Moreira avaliou que uma saída poderia ser um tempo de transição maior para as idades. “Tempo de transição relativiza qualquer coisa e pode ser negociado”, disse.

Apesar da posição favorável da frente, o presidente disse não poder ainda precisar qualquer placar de votos dentro da bancada a favor da reforma. A proposta do governo precisa do apoio de 308 deputados e 49 senadores em dois turnos de votação em cada Casa. “Posso dizer que a FPA votará com maioria pela aprovação da reforma”, disse.

Moreira destacou ainda que a reforma da previdência é um projeto de Estado e não de governo e ressaltou que há um bom canal de diálogo da FPA com os articula-

dores do governo Jair Bolsonaro para debater os pontos que precisem ser ajustados na proposta. “Encontramos o interlocutor do governo quando quisermos, não há falta de diálogo”, disse.

Ele negou que qualquer atrito inicial entre a bancada do agronegócio e o Ministério da Economia (como no episódio das tarifas do leite em pó) vá abalar esse diálogo para conseguir os votos pela previdência. No entanto, ele deu um recado: “Se o Ministério da Economia fosse capaz de resolver as questões sozinho, não precisaria de parlamentares”, comentou.

Marinho disse estar otimista quanto à possibilidade de o governo angariar o apoio da bancada do PSD, em seu esforço para aprovar a reforma da Previdência. No entanto, nos bastido-

res de uma reunião de mais de duas horas e meia com a legenda, deputados pediram mais aproximação com o governo. O PSD tem hoje 35 deputados na Câmara.

“Estamos fazendo trabalho de esclarecer dúvidas com os parlamentares. As principais foram sobre BPC, aposentadoria, entre outras diversas”, disse. “O mais importante é o espírito de colaboração da bancada”, afirmou.

Segundo Marinho, os parlamentares aceitaram as explicações do governo sobre as dúvidas. Ele afirmou, entretanto, que agora a reforma está na mão do Congresso. “Não é uma situação fácil, mas todos precisam contribuir”, disse.

Marinho reafirmou que o projeto de lei sobre a aposentadoria de militares deve chegar ao Congresso até o

dia 20 de março e disse desconhecer a possibilidade da mudança ser feita por meio de Medida Provisória, como foi dito na segunda-feira pelo líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO).

Apesar do otimismo de Marinho, fontes disseram que a reunião não tratou somente sobre Previdência e que parlamentares presentes aproveitaram a oportunidade para expor suas insatisfações com o governo. Deputados reclamaram que não conseguem agenda com os ministros. Também afirmaram que não estão sendo convidados a participar de eventos do governo nem mesmo em suas bases eleitorais.

Marinho realizou ontem uma maratona de reuniões com parlamentares para falar sobre a reforma.

AMPLIAÇÃO DA IDADE MÍNIMA

Regras de aposentadoria para os militares devem encontrar resistência no Congresso

A análise do projeto que tratará das regras de aposentadoria para militares deverá encontrar resistências de parte da própria categoria no Congresso. Um grupo de 20 deputados oriundos das polícias e corporações de bombeiros militares se reuniu ontem para afinar o discurso contrário a alguns pontos da matéria.

O grupo alega que as atividades policiais e dos bombeiros são totalmente diferentes das exercidas por integrantes das Forças Armadas e por isso devem ter um tratamento

previdenciário diferente. “Eu não vejo as Forças Armadas chamarem homens de 60 anos de idade para fazer o serviço militar. Eles só chamam com 18. E com 20, 22, eles já estão descartando. Ou seja, se tiver uma guerra, as próprias Forças Armadas têm que levar para uma eventual guerra um contingente com vigor físico invejável. Por que a polícia militar, então, tem que trabalhar até os 60, 65 anos?”, questionou o deputado Coronel Tadeu (PSL-SP).

O deputado ressaltou que, em sua opinião, a amplia-

ção da idade mínima de aposentadoria para a categoria pode prejudicar os serviços de segurança pública. “O que você acha de um senhor de 65 anos de idade portando uma arma, um colete, um cinturão, correndo atrás de um bandido com fuzil? Vigor físico não bate”, disse.

Para ele, a previdência de policiais e bombeiros deveria ser ter sido incluída na Constituição e não em uma legislação à parte. Por isso, o grupo proporá uma emenda ao texto da reforma da Previdência que foi encaminhada

ao Congresso na semana passada para incluir a categoria na proposta. “As notícias dizem que as Forças Armadas toparam estender mais cinco anos. Nós não”, disse.

O deputado criticou ainda a forma como o governo tem negociado a proposta e afirmou que os policiais e bombeiros não foram ouvidos sobre a questão. “Acho que nenhum policial militar foi chamado até agora para discutir a Previdência. Eu adoraria ter sido chamado pelos secretários, pelos ministros para dar nossas sugestões. Eles chamam

meia dúzia de generais e acha que atendeu todo mundo. Será que eles não sabem que são realidades diferentes, trabalhos diferentes?”, questionou mais uma vez.

O general Edson Leal Pujol, comandante do Exército Brasileiro, disse que o envio da proposta de Previdência dos militares ao Congresso Nacional é uma questão política que diz respeito ao presidente da República.

Ele fez uma visita cortesia ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), ontem. “Não nos diz respeito,

isso é uma questão do presidente do Executivo”, disse. Questionado sobre se a tramitação simultânea da proposta para militares com a de regime geral facilitaria o andamento do texto no Congresso, ele disse se tratar de uma “questão política, e não militar”.

Os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre, vão se reunir para um almoço com o ministro da Economia, Paulo Guedes, hoje, para tratar da proposta de Previdência dos militares.

DIFICULDADE DE SE EMPREENDER

Dias Toffoli afirma que cenário econômico do Brasil é grave e reformas são urgentes

Em comissão que discutiu a segurança jurídica em processos de recuperação judicial e de falência, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, destacou ontem que, apesar de o país vir superando aos poucos a crise econômica, o cenário ainda é grave e, por isso, “as reformas urgem”. Desde que assumiu a presidência da Corte, o discurso do ministro é permeado pela tônica reformista, de forma alinhada à equipe econômica

do governo federal - que apresentou na semana passada a proposta de reforma da Previdência.

No grupo de trabalho, instaurado no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Toffoli observou as dificuldades de se empreender no Brasil, diante do excesso de “burocracia, ineficiência e morosidade”, afirmando ser necessário tornar mais “fácil e célere” a recuperação judicial das empresas.

“Havemos de tornar mais

fácil e célere a recuperação das empresas que podem ser salvas e o efetivo encerramento daquelas pelas quais já não é mais possível a solução de seus problemas financeiros e fiscais”, afirmou.

A situação motivou a criação do grupo de trabalho no CNJ, coordenado pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Luís Felipe Salomão, que se reuniu pela primeira vez ontem. Durante o encontro, o presidente da Suprema Corte destacou algumas propostas

ou práticas que contarão com maior atenção da comissão no momento, como a perícia prevista em processos de recuperação judicial para evitar a utilização fraudulenta, a utilização de mediação entre credores e devedores, e a uniformização do procedimento utilizado pelos juízes para fazer o controle de legalidade do plano de recuperação judicial.

“A intenção é que daqui saiam respostas para nossos problemas de previsibilidade das decisões judiciais, de segu-

rança jurídica e de eficiência”, disse Toffoli. Outra medida citada pelo ministro e destacada por Salomão é a universalização da criação de varas especializadas em recuperação judicial e falência, que hoje estão presentes em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Ao falar com jornalistas, Salomão destacou que o grupo foi criado também para conferir mais eficácia a lei de recuperação judicial e falência, de 2005. “A recuperação mexe com tema sensível da econo-

mia, porque interfere na segurança jurídica para investimentos”, observou o ministro, que atua na Quarta Turma do STJ, que julga processos do direito privado.

Questionado se o grupo também avaliaria a situação de empresas envolvidas na Operação Lava Jato com dificuldades financeiras, Salomão disse que ainda não tinham tratado sobre isso, mas que a ideia poderia vir a ser discutida, restrita ao âmbito de recuperação e falência.